

GOIÁS DA GENTE!

Governador
WESLEI GARCIA
Vice NILDINHA 50





Um Programa Socialista para o Estado de Goiás

Apresentamos com orgulho as candidaturas de Guilherme Boulos, líder nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, MTST e Sonia Guajajara, representante do Movimento Indígena, como nossos presidente e vice presidente do Brasil. Isso simboliza nosso caráter socialista e aliado aos Movimentos Sociais.

O nosso projeto é por reformas estruturais: agrária, urbana, política, tributária, judiciária e na segurança pública.

Posicionamo-nos contrário as reformas previdenciárias e trabalhistas, que só vai penalizar ainda os trabalhadores (as), aposentados (as) e pensionistas;

Vamos buscar a reestatização da CELG, fim das Subdelegações na SANEAGO e OSs na saúde pública;

Defendemos o SUS, buscaremos cada vez mais fortalecê-lo, combateremos a privatização e terceirização.

Defendemos políticas universais que superem o caráter compensatório das atuais políticas sociais e, nas emergências assistenciais, portas de saída para a autonomia de cada assistido temporário, condição de realização de sua emancipação;

Defesa de uma política ambiental que não seja 'maquiagem verde' ou eco capitalismo, com controle rigoroso e crescente das emissões de gases, preservação de florestas e ecossistemas, identificação de alimentos transgênicos, pesquisa e implementação de fontes alternativas em busca de novas matrizes energéticas e vedação de termoelétricas e hidrelétricas devastadoras de áreas naturais e populações locais; Zoneamento, agrícola econômico, fim dos incentivos fiscais para instalação de usinas de Alcool e açúcar.

JUVENTUDE NEGRA

O Brasil foi o último país das Américas a abolir legalmente a escravidão do povo negro. Por 300 anos, a principal mão de obra para colocar o país de pé foi escravizada. Não podemos ter dúvida: o Brasil é fruto do trabalho, suor, sangue e da vida de mulheres e homens negros retirados à força de África e coisificados como uma forma de mercadoria. A chaga mais gritante do racismo à brasileira é o atual extermínio da juventude negra. Milhares de jovens estão tendo o futuro negado por uma guerra às drogas que sangra a periferia das grandes cidades e aprisiona corpos negros em presídios subumanos.

O Atlas da Violência de 2017, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA juntamente com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública conclui que homens jovens, negros e de baixa escolaridade tem mais chances de serem vítimas de mortes violentas em todo o país. Segundo Atlas da Violência de 2017 a cada cem pessoas assassinadas no Brasil 77 são jovens negros, ainda segundo esta pesquisa os jovens negros tem 23,5 mais chances de serem mortos em detrimento a pessoas de outras raças.

A proposta de plano desse governo é de sempre pensar a partir de uma perspectiva socialista, em que os direitos e as oportunidades sejam sociabilizados de forma igualitária. A partir disso elencamos alguns pontos de atenção para este plano de governo.

a) Pensar na juventude negra é pensar também em escola públicas de qualidade aonde estudam a maior parte destes jovens e isto está relacionado com valorização de professores e técnicos, autonomia didático-pedagógica da docência e estrutura física das escolas estaduais do nosso estado.

b) É pensar em oportunidade de lazer e de cultura que valorize a diversidade principalmente nas regiões periféricas das cidades e do estado. Sabemos que os acessos aos espaços de lazer são cerceados para a população negra e pobre e em particular para a juventude negra e pobre. A ideia é incentivar / criar pontos de cultura, de encontros, de arte, de música de dança para que esta juventude tenha acesso ao que vem sendo produzido cultural e intelectualmente assim como a socialização de suas próprias produções.

c) Dar atenção especial a juventude negra também é pensar na segurança pública de forma responsável e humanizada, o que nos remete não somente aos jovens negros mas aqueles que cometem delitos, infrações e crimes. Sabemos que o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA pouco é respeitado, tanto pelo poder público quanto pela sociedade de forma geral visto isso que os Unidades de Internação para Adolescentes do Estado de Goiás hoje não recuperam nem socialmente nem psicologicamente, dado isso, muitos voltam a cometer crimes e outros morrem sob responsabilidade do estado.

Assim, torna-se urgente enfrentar numa agenda democrática, popular, com os movimentos sociais, no campo e na cidade, a economia do rentismo, que desemprega, concentra renda e exclui, enfrentando junto o extermínio da juventude negra, desde a violência dentro das escolas, nos locais de trabalho, nas famílias, nos espaços públicos, nas empresas, nos meios de comunicação, abertamente. Trata-se de defender o direito à vida com autonomia, integridade, dignidade e felicidade.

UMA QUESTÃO DE GÊNERO



O feminismo é uma pauta que nós do PSOL não abrimos mão. Defender e garantir os direitos das mulheres é fundamental à democracia e à construção de uma sociedade justa.

Em um país com altos índices de violência e desigualdade de gênero, promover políticas e participar de movimentos sociais de combate às opressões é obrigação básica.

Dados compilados pela Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (2017) revelam que o estado de Goiás mantém a segunda posição entre os estados com maior número de feminicídios proporcionalmente à população e tem se aproximado do primeiro lugar, ocupado por Roraima. O estado do Norte tem média de 9,3 casos a cada 100 mil mulheres, enquanto Goiás subiu de 7,5 para 8,5 execuções na mesma medida. Vale ressaltar que em todos os estados as mulheres negras e pobres são as que mais sofre com o machismo.

Não há como não dar atenção aos dados citados acima, elaborar um plano de Governo sem considerar que o estado de Goiás é o segundo lugar do país mais perigoso para as mulheres viverem não faz sentido em uma perspectiva socialista de sociedade, pois acreditamos que sem um projeto claro que combata os diversos tipos de violência e inclusive os praticados contra as mulheres não há como romper as diversas formas de exploração em uma sociedade capitalista.

O Psol é um partido que encampa essa demanda com responsabilidade e a partir disso temos trazemos para o plano de governos alguns pontos que avaliamos ser de fundamental importância para avançarmos pela vida destas mulheres. O primeiro é sobre a descriminalização do aborto, estima-se que a cada minuto uma mulher brasileira interrompa a gravidez. O aborto é considerado um dos maiores causadores de mortes maternas no Brasil, ainda mais cruel com as mulheres mais pobres, que não recebem tratamentos médicos e psicológicos necessários para realizar o procedimento.

O segundo ponto é sobre a desigualdade salarial, o PSOL tem um projeto de lei, proposto inicialmente pela ex-deputada federal Luciana Genro (RS) em 2010 e reapresentado pelo deputado Chico Alencar (RJ) em 2011, para proibir e pensar mecanismos de fiscalização contra a desigualdade de salário entre homens e mulheres, prevendo punições.

O terceiro ponto é sobre o incentivo a mais mulheres na política, pois, além de sermos um dos únicos partidos do Brasil a garantir paridade de gênero em todas as nossas instâncias internas, inclusive no Diretório Nacional, temos um Setorial Nacional de Mulheres que toma conta de assuntos relacionados à pauta e realizam atividades em todo o país e compomos mandatos feministas que atuam combativamente em defesa das mulheres.

Outro ponto de fundamental importância é sobre o combate a violência praticada contra as mulheres, temos que reverter o quadro de nosso estado dentre 26 unidades federativas estar em segundo lugar no quadro de violência. Segue especificamente medidas pela vida das mulheres.

- Esse debate deve estar dentro das propostas didáticas das escolas estaduais a partir de temas como educação sexual,
- Deve haver uma maior rigorosidade nos inquéritos relacionados a violência doméstica assim como em casos caracterizados como feminicídio.
- Mais estrutura as delegacias das Mulheres como também a abertura de mais delegacias especializadas.
- Campanhas sobre o combate a violência que cheguem nas periferias das cidades e dos estados, via secretarias de estado como, por exemplo, secretaria de educação, de saúde e da segurança pública.
- Abertura de casa de apoio para mulheres que sofrem violência, que são perseguidas pelos ex/ companheiros e inclusive que pensemos maneiras de profissionalização destas mulheres já que muitas são submetidas a esta violência por não terem condições econômicas para saírem de casa com seus filhos

SAÚDE

Encaramos a saúde pública como proposta de cuidar das pessoas. O acolhimento é essencial desde a chegada de uma criança em seu nascimento até sua velhice. O sistema de saúde público precisa ser amplo, universal, gratuito e que atenda com carinho e responsabilidade todas e todos. Vamos fortalecer investimentos no Hospital Araújo Jorge no tratamento do câncer. Para além disso, iremos:

- Fortalecer o SUS- Romper os Contratos com as OS, (s) retornar os Hospitais para administração direta pelo estado. Implantação do Programa Saúde em Casa, onde equipes integradas por profissionais Médicos(as), Enfermeiros(as), Auxiliares e Técnicos de Enfermagem, Psicólogos, Odontólogos, Nutricionistas e demais profissionais da área atenderão os pacientes em seus domicílios;
- Conclusão do HUGO na região do entorno e todos os hospitais iniciados e nunca concluídos pelo governo;
- Implantação dos consultórios rua, para atender ao dependentes químicos,
- Construções de Caps, Casa da Mulher, em número suficiente conforme a demanda.

- Reforma de todas as unidades da Secretaria de Saúde de Goiás, principalmente Hospitais e Centros de Saúde;
- Retomar o laboratório público para o estado, IQUEGO, com objetivo de produção de remédio mais barato e gratuito.- Suprir a rede de hospitais e postos com medicamentos e insumos necessários a um atendimento digno à população;
- Realização de novos concursos para o preenchimento das vagas na saúde; melhorar as condições de trabalho e salários dos servidores, conforme as reivindicações dos servidores, respeito as suas entidades de classe, democratizar a gestão. Fim dos apadrinhamentos para os cargos de chefias que serão ocupados preferencialmente por servidores de carreira.
- Prioridade nos programas de promoção da saúde com base na prevenção, destacando o combate aos vetores transmissores de doenças infectocontagiosas, e a integração dos sistemas escolar e de saúde, de modo a prover assistência médica aos alunos e a educação para a saúde.
- Ampliação da rede estadual de hospitais, garantindo a assistência médica à população em tempo hábil, a começar pelo atendimento das áreas mais pobres; e realização de concurso público para contratação urgente de pessoal especializado.

COMBATE À CORRUPÇÃO

A corrupção é um mal instalado em Goiás nas últimas décadas. Contratos escusos, licitações fraudulentas, clientelismos, manutenção de privilégios no serviço público, financiamento de políticos são alguns dos exemplos que tornaram a administração pública um espaço de sujeira. Vamos aplicar uma política de tolerância zero a corrupção. Vamos, já no início do novo governo:

- Realização de auditoria em todos os contratos do Governo de Goiás;
- Afastamento dos servidores envolvidos em denúncias de corrupção no Governo de Goiás com a instauração de Processos Administrativos contra todos os envolvidos;
- Mover ações judiciais junto aos órgãos competentes para reaver e recuperar para o Governo de Goiás, todos os recursos desviados através de esquemas de corrupção;
- Transparência absoluta em todos os órgãos do Governo de Goiás, com a obrigatoriedade de prestação de contas públicas e trimestrais por parte das empresas, fundações, administrações regionais, etc.;
- Controle da população sobre as licitações realizadas pelo Governo de Goiás, permitindo que as organizações da sociedade exerçam papel fiscalizador;
- Redução sistemática dos cargos de livre provimento.

TRANSPORTES PÚBLICOS. O DIREITO A CIDADE E A MOBILIDADE EM GOIÁS.

O direito a mobilidade foi remetido a Constituição Federal a alcinha de Direito Social (Artigo 6) e no Estado de Goiás definitivamente não vem sendo respeitado. Os espaços urbanos são privatizados ou encarecidos com a especulação urbano de acordo com o interesse de corporações econômicas e financeiras. Os espaços urbanos e as cidades, na concepção de pensadores e urbanistas seria a tentativa de reconstruir o mundo o mais próximo do seu desejo de convivência coletiva, contudo, tal tentativa de definitivamente barrada pela especulação dos interesses econômicos que expulsa os pobres para a periferia dos grandes centros urbanos para satisfação das corporações econômicas/financeiras, o que definitivamente transforma o direito a mobilidade e a cidade por parte das pessoas, em um privilégio de poucos em todo o Estado de Goiás.

O tema de mobilidade urbana tem sido exaustivamente debatido desde as manifestações de junho de 2013 em todo o Brasil a questão da mobilidade urbana e na Grande Goiânia a mobilidade através do transporte coletivo. As empresas do transporte coletivo da Grande Goiânia vem travando uma verdadeira guerra contra os cidadãos de bem que necessitam do transporte coletivo para se deslocarem especialmente para o trabalho até suas moradias e vice-versa, tudo em busca do lucro sem preceitos éticos, sempre contando com a total omissão e negligência e dos Poderes Públicos Municipal e Estadual, que deveriam ser os responsáveis diretos pela fiscalização e impedimento das verdadeiras chantagens que tais empresas vem fazendo nos últimos anos, com intuito de contínuos reajustes tarifários.

As chantagens se concretizaram com a retirada parcial de veículos das linhas, demissão de funcionários, retirada do “ganha tempo”, ausência de manutenção dos veículos (o que coloca em risco a vida dos usuários e trabalhadores), ausência de limpeza regular dos veículos, aumento do número de passageiros transportados por metro quadrado, dentre outras práticas nefastas que foram noticiadas na imprensa.

Na outra ponta, os trabalhadores do transporte coletivo sentem diretamente o impacto dessas chantagens com práticas corriqueiras de assédio moral em face dos motoristas para não se insurgirem contra as mesmas, pois, são obrigados a trabalhar mais e em piores condições de trabalho, conforme noticiou inclusive este meio de comunicação em reportagens sobre o transporte coletivo.

As empresas do transporte coletivo, jamais foram obrigadas a apresentar as planilhas dos reais custos e jamais o farão, não existe legislação neste sentido e trata-se de uma verdadeira “caixa preta” de onde se retira o lucro exorbitante que possibilita que se expanda as gigantescas atividades econômicas das duas famílias que controlam há décadas o monopólio do transporte coletivo da grande Goiânia com mão de ferro e ausência de participação coletiva daqueles que fazem o transporte coletivo e dos que necessitam deste modal de transporte.

Embora seja louvável o esforço de parte da sociedade, Ministério Público, parte dos Órgãos de Imprensa (o que inclui este jornal), o SINDCOLETIVO, MPL, para que tal “caixa preta” seja aberta, tal luta parece perdida com o desenrolar das discussões que estão sendo travadas junto a CDTC e CMTC, pelos Poderes Públicos Municipal e Estadual, que definitivamente desistiram de fazer seus papéis de cobrar o cumprimento dos horários e número de passageiros transportados por metro quadrado, só para citarmos dois exemplos, e já cogitam em dar as empresas mais recursos da sociedade, via de mais subsídios diretos, sem abrir esta “caixa preta”. É o dinheiro da sociedade indo pelo ralo sem discutir minimamente o transporte coletivo.

Pelos cálculos que nos fizemos, com a ajuda dos trabalhadores que lidam diretamente como o transporte coletivo, com passagem hoje de R\$ 3,70 (três reais e setenta centavos), observando as gratuidades, o lucro das empresas hoje beira a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ao mês, sendo inadmissível mais subsídios públicos ou reajuste nas tarifas.

Para a real melhora do transporte coletivo é necessário algumas urgentes intervenções dos poderes públicos, como a criação de uma empresa pública de transporte na Grande Goiânia, com no mínimo 20% (vinte por cento) das linhas, com pessoal e frota, para que possa de imediato atender a demanda existente e assim não mais se sujeitar os usuários do transporte coletivo às chantagens das empresas.

Criação de uma empresa pública e metropolitana de trens urbanos como fins de integração ao sistema de transporte coletivo da Grande Goiânia, especialmente e enquanto as desapropriações para as intervenções físicas de criação de linhas são viáveis economicamente.

Implantação dos corredores exclusivos para o transporte coletivo em número significativo e de ciclovias, e não este teatro que vem se arrastando há anos com número irrisório.

Retirada imediata do SET – Sindicato das Empresas de Transporte (pois, este naturalmente defende o interesse privado das empresas e não do

coletivo) do poder de Gestão e Mando do Sistema de Transporte Coletivo (emissão de carteirinhas, controle do número de passageiros e recebimento dos valores pagos, etc), com a criação de uma real empresa pública que faça a gestão do sistema e não o papel de mero espectador da CMTC.

Por último, passaria pelo início de implantação do METRÔ em Goiânia, também observando a inviabilidade do chamado VLT que tem custo absurdo, por ora, R\$ 1,5 bilhões, e terá capacidade de transporte similar ao atual sistema do Eixo Anhanguera (VLR) e ira saturar-se rapidamente. Pesa ainda em favor do METRÔ sua baixa emissão de poluentes, o fato de Goiânia contar com geografia e topográfica favoráveis a implantação do mesmo e também com baixo custo atualmente de desapropriações e intervenções físicas necessárias.

As condições relatadas aqui para o transporte coletivo da Grande Goiânia, são reproduzidos em todas as demais regiões do Estado, inclusive no Entorno de Brasília, na cidade de Anápolis, onde o direito a mobilidade, é sempre reduzida e pautada pelos interesses dos Grupos Econômicos que controlam o solo nos grandes centros e até mesmo nas pequenas cidades do Estado de Goiás, pois, nestas cidades são reproduzidas tais práticas pelas velhas oligarquias locais, inclusive quanto a não instituição de impostos progressivos e outros mecanismos que combatam a especulação urbana, que segrega os pobres em periferias, dificultando a mobilidade destes até os locais de trabalho e vice-versa, de espaços de lazer, cultura, educação e saúde.

Recentemente foi publicado na imprensa escrita, televisiva e na internet, a possibilidade de privatização de parte da malha rodoviária do Estado de Goiás (já com a aprovação irresponsável por parte da Assembléia Legislativa do Estado, sem sequer ouvir a população por meio de um plebiscito, por exemplo), inclusive com a instituição de pedágios no total de 15 (quinze) praças de pedágios distribuídas em sete rodovias estaduais, cujo custo poderia chegar a R\$ 23,62 (vinte e três reais e sessenta e dois centavos), para por exemplo um deslocamento de um veículo de passeio até Caldas Novas e retorno, cerca de 200 (duzentos) quilômetros de Goiânia.

Seriam 896 (oitocentos e noventa e seis) quilômetros privatizados, tornando a mobilidade dos goianos ainda mais precária e exclusivista, tudo visando mais uma vez a privilegiar grandes corporações financeiras e econômicas em detrimento do coletivo da sociedade goiana.

A solução seria sim instituir modelos mais sustentáveis de mobilidade, como transporte ferroviário (inclusive de três de passageiros como em países desenvolvidos), hidroviário e, principalmente, acabar com a farra das renuncias fiscais que continuamente vem deteriorando as contas fiscais do Estado, com a

alocação destes recursos para a mobilidade dos cidadãos mais pobres e vulneráveis.

A privatização dos espaços públicos, como as rodovias mencionadas é na verdade um abuso, pois, para a sustentação e manutenção, melhoria ampliação, duplicação da malha rodoviária, existem dezenas de outros tributos que já pagamos, como IPVA, impostos nos combustíveis e outros, gerando um bis in idem de pagamento no direito à mobilidade neste item.

Acresça-se que o muitas das rodovias que seriam entregues para a privatização estão duplicadas, a exemplo das GO-070, GO-080 e GO-213 e outras parcialmente duplicadas, a exemplo das GO-060, GO-010 e GO-020/330, onde forma investidos nos últimos anos mais de R\$ 320 milhões, demonstrando de forma desastrosa esta tentativa de privatização dos espaços públicos.

Esta despossessão de espaços públicos é prejudicial ao conjunto da sociedade e cabe a sociedade civil organizada enfrentar estas Organizações Criminosas, que hoje são representadas pela atual governança do Estado (que inclui todos os Grupos Políticos que ali orbitam, DEM, MDB, PSDB, PR, PTB, PHS, PRB, e seus demais satélites), que colocam o lucro acima dos interesses coletivos.

Por certo é tarefa política do PSOL, apresentar um programa de governo que choca contra estas políticas desastrosas neoliberais privatistas que não alcançaram êxito coletivo em nenhuma parte do mundo e que tenta colonizar espaços para os super ricos.

O programa do PSOL para a mobilidade, deve ser de instituir sobre taxas aos modelos de mobilidade de energia baseada em não renováveis, acabar com as renúncias fiscais a grupos econômicos privilegiados no Estado (que beneficia uma pequena parcela de felizardos), que geram perca de cerca de 1 bilhão anualmente ao coletivo goiano, para fazer valer o preceito constitucional da garantia como Direito Social a mobilidade aos goianos em todas as suas formas absolutamente sustentáveis.

Defendemos:

- Passe livre estudantil;
- Criar uma empresa pública de transporte coletivo para atender a população do Entorno.
- Buscar parceria junto as prefeituras e governo federal para implantar a Tarifa Zero e o passe Livre Estudantil,

- Defender junto as empresas e prefeituras que em suas empresas tenha a figura do cobrador, para gerar emprego e auxiliar os passageiros nas viagens como também os condutores.
- Fazer um acompanhamento rigoroso das planilhas das Empresas de Transporte Público;
- Implantação de ciclovias nos grandes centros urbanos do Estado.

EDUCAÇÃO PÚBLICA

A educação é fundamental para o desenvolvimento social de todas as demais políticas. Nossa defesa sempre será pelo ideário de Florestan Fernandes por uma educação pública, laica, universal e de qualidade. Uma educação plural, dialógica e dialética que permita aos educandos perceber a escola enquanto espaço de emancipação política, social e educacional. Para tanto, iremos defender ao estado de Goiás:

- Implantação de escolas de educação integral; Escolas politécnicas onde os jovens terão o cumprimento da grade curricular em um horário e no contra turno haverá implementação de práticas esportivas e artísticas como pintura, teatro, música, balé, lutas esportivas, natação (modelo das escolas politécnicas terão galpão , padaria, piscina, ginásio e laboratórios). Seu formato será ovalado.
- Valorização de todos os profissionais da Educação, com o atendimento das reivindicações mais prementes apresentadas pelos sindicatos representativos das respectivas categorias da área como o retorno da Titularidade e aumento de salários.
- Trabalhar pela eliminação do analfabetismo no estado durante os quatro anos de mandato com o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos para toda rede estadual com garantias da merenda escolar e transporte gratuito aos estudantes;
- Construção de novas escolas para atender à demanda crescente de matrículas na rede pública estadual de Goiás;
- Acabar com as escolas militarizadas em todo o estado;
- Realização de reformas urgentes na maioria das escolas públicas do estado, tornando-as mais funcionais, limpas e higiênicas e adaptadas para atender aos portadores de necessidades especiais;
- Enfrentar e resolver o principal problema do ensino no estado, que é a melhoria do atendimento às crianças matriculadas a partir da segunda etapa do ensino fundamental.

- Implantar a Gestão Democrática na rede estadual com eleições para diretores, vice diretores e secretários escolares por parte da comunidade escolar.
- Implantar a Jornada Ampliada a todos estudantes e professores da rede estadual.
- Investimento de 15% do PIB estadual exclusivamente em educação.
- Realização imediata de concurso público para atender as demandas das escolas estaduais.
- Implantação de Planos de cargos e salários para todos servidores da educação;
- Pagamento do Piso nacional, sem nem um prejuízo dos direitos já garantidos pelos professores do Estado de Goiás.
- Fortalecimento das Escolas no campo, com uma educação de qualidade, mas atenta às especificidades deste espaço. Garantia de uma formação específica para os professores voltados ao campo com incentivos salariais.
- Projeto político-pedagógico baseado no Materialismo Histórico-Dialético — ensino, aprendizagem, avaliação — formulado com a participação da comunidade envolvida;

CULTURA E ESPORTES

Estimular e aplicar políticas públicas em esportes, cultura e lazer é inverter a lógica dos privilégios e permitir a população inclusão social e econômica por meio de práticas e oportunidades que garantam dignidade e cidadania.

- Estimular e incentivar atividades esportivas no nosso Estado. O Esporte deve ser enxergado em uma visão ampla como instrumento de sociabilização, prevenção e tratamento de doenças e como um aprendizado saudável de competição entre as pessoas.
- A verba destinada aos diversos programas da área esportiva como Pro Esporte, Pro Atleta e Jogos Abertos deve atender de forma isonômica a todos os municípios do nosso Estado.
- Adotar o critério do mérito do atleta para a liberação de recursos como passagens, transportes e hospedagem aos atletas e entidades esportivas, combatendo o apadrinhamento político.
- Contratação por meio de concurso público de Analistas de Esporte e Lazer para atendimento dos diversos Programas da Agência Goiana de Esporte e Lazer, dando ênfase na Iniciação Esportiva de crianças e jovens.
- Ampliação do orçamento do estado para a Cultura

- Criação do Conselho Estadual de Cultura como órgão formulador de política pública para o setor, com participação dos setores sociais interessados,
- Integração dos sistemas cultural e educacional, incrementando atividades extracurriculares que propiciem o convívio dos alunos com o nosso patrimônio cultural.
- Criação de uma empresa pública estadual de cinema e produções multimídias; parcerias das TV e rádios públicas estaduais como as rádios e TVs comunitárias.
- Incentivo às atividades culturais nas cidades, valorizando a grupos culturais locais;
- Incentivo às iniciativas que visam à promoção e divulgação da cultura e de todas as manifestações artísticas oriundas dos setores populares no estado de Goiás;
- Abertura e popularização de Bibliotecas Públicas em todas as cidades do estado, divulgando e estimulando a prática da leitura entre o povo, principalmente entre as crianças e os jovens;
- Construção de Cines-Teatro Públicos nas cidades do estado de Goiás nos moldes dos centros culturais desenvolvidos por Paulo Freire em Recife, levando espetáculos à população;
- Promoção de “temporadas populares” em todas as cidades de Goiás, trazendo espetáculos musicais a preços simbólicos, abrindo espaços para artistas da cidade;
- Criação do “Cinema na escola”, projeto que fomentará a criação de cinema amador exclusivamente entre estudantes da rede estadual pública de ensino; projeto desenvolvido em Valparaíso entre os anos 2013 e 2016
- Construção de creches públicas nas áreas mais necessitadas e realização de concurso público para contratação de profissionais especializados nessa área.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cuidar das pessoas é essencial numa perspectiva libertadora de sociedade. Nossos jovens, crianças e idosos precisam se sentir acolhidas pelo Governo e terem garantidos direitos fundamentais à dignidade humana. Para tanto, iremos realizar:

- Implantação do atendimento social de rua - para a população de rua;
- Criação do programa de reinserção a atividade produtiva para a população de rua;



- Criação dos Centros de Juventude.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

Iremos implementar um Governo democrático e popular. Onde o povo terá atuação direta nas tomadas de decisões do governo. Haverá mecanismos de consulta popular e referendos. A população será protagonista no governo do PSOL. Vamos criar:

- Criação do Orçamento e planejamento participativo;
- Criação dos conselhos populares das cidades;
- Democratização dos espaços públicos;
- Criação dos conselhos populares de fiscalização de obras.

HABITAÇÃO

Moradia é um direito constitucional de valorização à dignidade humana. Muito nos orgulha a aliança com os movimentos sociais, como o MTST e o MST. Iremos promover uma profunda reforma urbana, assentando famílias na cidade que não possuem um teto. Hoje, temos mais espaços vazios em prédios do que pessoas e isso é inadmissível. Qualidade de vida a população é garantir moradia. Para além disso:

- Reformular o Cheque moradia, com vista a corrigir as distorções, ampliar a sua distribuição, definir novo critério com objetivo de afastar as interferências políticas nas suas distribuições e na compra do material.
- Fortalecer a parceria com o Governo Federal e com as Prefeituras, fazer desapropriações por interesse social.
- Revogar o decreto que autoriza a vendas dos imóveis públicos.
- Divulgação, em todos os meios de comunicação, da lista de todos os inscritos nos programas habitacionais do governo de Goiás, tornando pública a pontuação de cada inscrito ou inscrita.
- O Governo de Goiás respeitará e fará cumprir a pontuação no momento de concessão do terreno ou moradia para os inscritos nos programas habitacionais;
- Criação de linha de financiamento para a população de baixa renda, sem cobrança de juros, criando frentes populares de trabalho.

SEGURANÇA PÚBLICA

Atualmente estamos levantando um grande debate junto a população sobre o papel da polícia militar. Ainda hoje a polícia militar possui uma ligação hierárquica direta às Forças Armadas e seu treinamento é para guerra. Precisamos criar uma polícia que possa cuidar das pessoas. Que possa garantir a segurança delas e não aja como se estivesse em conflito constante. A esses policiais é preciso a garantia de livre associação a sindicatos e partidos políticos. Que possam ter uma atuação enquanto trabalhador pertencente da comunidade em que atua. Para tanto, defendemos uma polícia educativa, preventiva e desmilitarizada. Na prática:

- Apoiaremos a PEC, pela desmilitarização da Polícia. Nossa política de segurança pública, será baseada no respeito as Direitos Humanos, na atuação preventiva e no Policiamento Comunitário nas cidades mais violentas do estado e com maiores índices de criminalidade. Será a Polícia de Segurança Pública.
- Atuação preventiva à criminalidade, em ações coordenadas entre o Poder Judiciário e as Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e os demais órgãos do Governo de Goiás que atuam na área da segurança pública e em defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos.
- Aumento salarial aos policiais civis e militares do estado, corrigindo distorções salariais.
- Fim dos contratos temporários na Segurança Pública;
- Estruturação das defensorias públicas e Corregedorias.

COMBATE A DESIGUALDADE SOCIAL E REFORMA AGRÁRIA

Hoje no Brasil o grande problema que vivemos é a concentração de riquezas que gera desemprego e retirada de direitos da classe trabalhadora. É inaceitável ainda termos pessoas que passam fome enquanto poucos ostentam poder. Alguns detém o montante que poderia alimentar milhares de pessoas, jovens, crianças e idosos. Na visão do PSOL, iremos:

- Ações e iniciativas no campo da economia solidária, incentivando o cooperativismo, tanto na área de produção como na área de serviços;
- Política de regularização da informalidade e de estímulo à pequena e média empresa; qualificação profissional e cidadã dos empreendedores de base familiar; flexibilização das normas de licenciamento para atividades econômicas familiar e de fundo de quintal.



- Nova normatização dos procedimentos de fiscalização e controle sanitário de produtos e serviços, de modo a resguardar os direitos da cidadania.
- Valorização das unidades de produção familiar no campo e das cooperativas de pequenos produtores.
- Auxílio técnico a pequena produção agrícola, voltados aos interesses e programas de produção traçados pelos próprios agricultores.
- Garantia de assistência técnica aos assentamentos da Reforma Agrária e aos agricultores familiares, visando o acesso aos créditos disponibilizados pelo Governo Federal e Estadual
- Criação de zonas especiais de fortalecimento da agricultura familiar no Estado, visando a proteção pública à produção de alimentos de qualidade para a população.
- Criação do Programa de fortalecimento econômico e social das pequenas cidades (com menos de 15.000 habitantes) com políticas de incentivo a permanência nestas localidades dos jovens.
- Criação de um programa de fiscalização sobre o uso de agrotóxicos na agricultura, numa perspectiva de defesa de um alimento saudável a população.
- Ingresso no Serviço Público somente através de Concursos Públicos, combatendo a terceirização e a precarização de mão de obra no estado de Goiás;
- Ampliação para todas as cidades do estado de Goiás da coleta seletiva do lixo, dando destinação e tratamento correto a todos os resíduos resultantes desse processo, preservando o meio ambiente, além de estimular a organização das cooperativas de catadores de lixo;
- Auditoria da dívida ativa (créditos a favor do estado) e cobrança dos grandes devedores.
- Fim das isenções fiscais para as grandes empresas e estímulo às pequenas e microempresas.
- Estruturação da EMATER, com dotação orçamentária e concurso público para recompor o quadro de técnicos.
- Regulamentação lei da agricultura familiar.

Goiânia, 29 de julho de 2018

Weslei Garcia de Paulo

Candidato a governador de Goiás



Erenilda de Assis

Candidata a co-governadora de Goiás

Weslei Garcia de Paulo nasceu em Taguatinga, Distrito Federal. Filho da professora Márcia Maria e do comerciante Nelson Vicente. Tem 35 anos de idade. É professor da rede pública e universitário. Aos 16 anos iniciou no Movimento estudantil sendo presidente do Grêmio estudantil da Escola Normal de Brasília quando foi oposição ao então governo Roriz.

Em 1996 morou em Catalão onde ainda jovem atuava junto com familiares em oposição ao governo Halley Margon e Maguito Vilela. Está filiado ao PSOL desde 2005 onde também reside no município de Valparaíso de Goiás. Foi professor da rede pública municipal efetivo onde atuou no movimento sindical. Foi professor por quatro anos da rede estadual enquanto contrato temporário e leciona para uma faculdade privada onde também atua no movimento sindical .

Escritor, publicou pela Thesaurus Editora o romance Um Alguém Especial e é mestrando em educação pela UnB. Casado com a professora da rede estadual Claudete. É presidente do PSOL. Nosso programa eleitoral foi construído democraticamente pelo conjunto da militância do partido.

Erenilda de Assis , ou Nildinha, é mulher negra, assentada. Tem 44 anos de idade, casada com o líder agrário Aécio e mãe de dois filhos.

Foi vítima de trabalho escravo e lutou pelo assentamento de centenas de famílias no estado de Goiás. É presidenta da Associação ecológica dos agricultores e agricultoras do projeto de assentamento Vista Alegre e Cristalina, AECOCRIS, e preside também o Diretório municipal do PSOL em Cristalina.